

SUMÁRIO

Apresentação	7
Primeira parte: CADE	
Leis	
– LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	15
Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.	
– LEI Nº 8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994	23
Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.	
– LEI Nº 9.021, DE 30 DE MARÇO DE 1995	56
Dispõe sobre a implementação da autarquia Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, criada pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.	
– LEI Nº 9.470, DE 10 DE JULHO DE 1997	60
Acrescenta § 5º ao artigo 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.	
– LEI Nº 9.781, DE 19 DE JANEIRO DE 1999	61
Institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e dá outras providências.	
– LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	63
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	
– LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	78
Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.	
– LEI Nº 10.149, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000	80
Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências.	
Resoluções do CADE	
– RESOLUÇÃO Nº 15, DE 19 DE AGOSTO DE 1998, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	86
Disciplina as formalidades e os procedimentos no CADE, relativos aos atos de que trata o artigo 54 da Lei 8.884, de 11 de junho de 1994	
– RESOLUÇÃO Nº 16, DE 9 DE SETEMBRO DE 1998, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	109
Disciplina e orienta o comportamento ético dos servidores do CADE.	
– RESOLUÇÃO Nº 18, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	114
Regulamenta o procedimento de consulta ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE sobre matéria de sua competência	
– RESOLUÇÃO Nº 20, DE 9 DE JUNHO DE 1999, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	119
Dispõe, de forma complementar, sobre o Processo Administrativo, nos termos do art. 51 da Lei 8.884/94	
– RESOLUÇÃO Nº 35, DE 4 DE JUNHO DE 2003, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	137
Cria o Programa de Formação em Concorrência, no âmbito do CADE	
– RESOLUÇÃO Nº 36, DE 19 DE MAIO DE 2004, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	142
Dispõe sobre a dosimetria da multa pecuniária cominada para a apresentação intempestiva de Atos de Concentração, prevista no § 5º do art. 54 da Lei nº 8.884/1994.	
– RESOLUÇÃO Nº 37, DE 20 DE OUTUBRO DE 2004, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	151
Dispõe sobre a forma de recolhimento da taxa processual em razão da apresentação de atos de concentração	
– RESOLUÇÃO Nº 38, DE 26 DE JANEIRO DE 2005, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	153
Altera a forma de recolhimento da taxa processual em razão da apresentação de atos de concentração	
– RESOLUÇÃO Nº 42, DE 10 DE MAIO DE 2006, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	155
Revoga expressamente as Resoluções 2, de 1º de outubro de 1992, 3, de 6 de março de 1996, 4, de 16 de maio de 1996, 6, de 2 de outubro de 1996, 7, de 9 de abril de 1997, 8, de 23 de abril de 1997, 10, de 29 de outubro de 1997, 11, de 12 de novembro de 1997, 17, de 4 de novembro de 1998, 30, de 25 de setembro de 2002, e 33, de 13	

novembro de 2002.

- [RESOLUÇÃO Nº 43, DE 26 DE JUNHO DE 2006, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE](#) 157
Regulamenta procedimentos relativos à Revista de Direito da Concorrência, editada pelo CADE e estabelece a composição e atribuições do Comitê Editorial e do Conselho Editorial.
- [RESOLUÇÃO Nº 44, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2007, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE](#) 162
Dispõe sobre a multa pecuniária prevista no art. 54, § 5º, da Lei nº 8.884/1994, fixando seus critérios de aplicação, e dá outras providências.
- [RESOLUÇÃO Nº 45, DE 28 DE MARÇO DE 2007, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE](#) 164
Aprova o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e dá outras providências.

Súmulas

- [SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE](#) 211

Portarias Conjuntas CADE/SDE/SEAE

- [PORTARIA CONJUNTA Nº 50, DE 1º DE AGOSTO DE 2001, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SEAE/SDE](#) 212
Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal
- [PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, e da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SEAE/SDE](#) 238
Estabelece o Procedimento Sumário para a Análise de Atos de Concentração – Procedimento Sumário, no âmbito da SEAE e SDE.
- [PORTARIA CONJUNTA Nº 8, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2004, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SEAE/SDE](#) 242
Acrescenta inciso ao art. 6º da Portaria Conjunta nº 1/2003 SEAE/SDE.
- [PORTARIA CONJUNTA Nº 33, 4 DE JANEIRO DE 2006, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça](#) 243
- [PORTARIA CONJUNTA Nº 26, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2004, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – CADE/SDE/SEAE](#) 249
Disciplina a forma de recolhimento e rateio da Taxa Processual destinada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, em razão da apresentação de atos de concentração.

Segunda parte: SDE

Portarias MJ e Portaria SDE

- [PORTARIA Nº 4, DE 5 DE JANEIRO DE 2006, do Ministério da Justiça – MJ](#) 253
Regulamenta as diversas espécies de processos administrativos previstos nos arts. 26, *caput*; 26, § 5º; 26-A; 30; 32; 35, § 2º; 35-A; e 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, com as alterações determinadas pela Lei nº 9.021, de 30 de março de 1995 e Lei nº 10.149, de 21 de dezembro de 2000, para apuração, prevenção ou repressão de infrações contra a ordem econômica, no âmbito da Secretaria de Direito Econômico, e revoga a Portaria MJ nº 849, de 22 de setembro de 2000, Portaria SDE nº 05, de 25 de setembro de 1996, Portaria SDE nº 15, de 22 de abril de 2004 e Portaria SDE nº 16, de 26 de maio de 2004.
- [PORTARIA Nº 961, DE 16 DE AGOSTO DE 2002, do Ministério da Justiça – MJ](#) 282
Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Direito Econômico.
- [PORTARIA Nº 14, DE 9 DE MARÇO DE 2004, da Secretaria de Direito Econômico – SDE](#) 303
Define diretrizes gerais para elaboração de Programas de Prevenção de Infrações à Ordem Econômica (PPI) e estabelece requisitos e condições para a emissão, pela Secretaria de Direito Econômico (SDE), de seu Certificado de Depósito.

Terceira parte: SEAE

Portaria MF e Portarias SEAE

- [PORTARIA Nº 305, DE 18 DE AGOSTO DE 1999, do Ministério da Fazenda – MF](#) 311
Dispõe sobre a competência da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, em relação à instrução de procedimentos no contexto da Lei nº 8.884, de 11.06.1994.
- [PORTARIA Nº 24, DE 8 DE ABRIL DE 2005, da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE](#) 313
Disciplina o procedimento administrativo para aplicação das sanções previstas no art. 26, *caput*, art. 26, § 5º, e 26-A,

da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, no âmbito da Secretaria de Acompanhamento Econômico.

[– PORTARIA Nº 70, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002, da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE](#) 319
Dispõe sobre o Guia para Análise Econômica da Prática de Preços Predatórios.

[– PORTARIA Nº 46, DE 27 DE MARÇO DE 2006, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE](#) 328
Dispõe sobre os tratamentos dispensados aos autos, informações, objetos e documentos de interesse de qualquer espécie de processo administrativo no âmbito de aplicação da Lei nº 8.884, de 1994.

Legislação da Concorrência: Língua Inglesa

[– LAW Nº 8884, OF JUNE 11, 1994](#) 337

[– CADE RESOLUTION Nº 15, OF AUGUST 19, 1998](#) 367

[– LAW Nº 10149, OF DECEMBER 21, 2000](#) 388

[– JOINT DIRECTIVE SEAE/SDE Nº 50, OF AUGUST 1, 2001](#) 394
Horizontal Merger Guidelines